

Poucas mulheres têm acesso à Internet em Maputo

Notícias, Ciência, Tecnologia e Ambiente, pág. 26, 01.11.2017, ed. 30. 193

SANDRA Moisés, estudante, de 42 anos, vive no bairro do Zimpeto, cidade de Maputo. Teve o seu primeiro smartphone há menos de três anos, mas garante que a sua vida mudou desde que começou a usar este tipo de aparelho.



Um terço das mulheres das regiões peri-urbanas não tem acesso à internet

Entre as múltiplas utilidades, Sandra destaca a facilidade com que ultimamente se comunica com seus amigos e, acima de tudo, o facto de ter melhorado o seu aproveitamento na faculdade.

apenas 30 estão ligadas à Internet, reduzindo as possibilidades de seu empoderamento.

Em comparação, a pesquisa, realizada pela Rede de Direitos das Mulheres Online da Fundação Web, em parceria com o Instituto

a importação de dispositivos que facilitem o acesso à Internet. Com a proposta, aponta, aumentaria o número de usuários e até 2028 o país teria vencido a exclusão tecnológica.

“Os smartphones, tablets e computadores são bons, facilitam os trabalhos de investigação na escola, mas estão cada vez mais inacessíveis, dado o elevado preço de aquisição”, disse Rosa Mulambo, estudante de 18 anos de idade, que adquiriu o seu primeiro celular, com acesso à Internet, no ano passado.

DEVE-SE CRIAR ESTÍMULO

zações que trabalham na área de género, tecnologia e outras devem conhecer esta pesquisa para tomarem medidas mais assertivas”, ressaltou.

DINHEIRO: A GRANDE BARREIRA

A baixa condição financeira é um factor que inibe as mulheres de comprarem telemóveis com capacidade de aceder à Internet. Segundo o coordenador adjunto da Coligação Mozambique- Alliance for Affordable Internet (A4AI), Sérgio Cossa, só aumentando a sua renda será possível ampliar o número de usuárias do serviço.

“Temos também que diminuir o custo da Internet, pois, actu-

almente, um gigabyte de dados custa mais de 10 por cento do salário médio, facto que limita o acesso das mulheres. Pelo que sei, o Governo está a considerar reformas nos impostos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), medidas que ajudariam a reduzir os custos para os utilizadores”, exemplificou.

Neste sentido, o estudo sugere a introdução de subsídios mensais para dados gratuitos, dando prioridade às mulheres e raparigas.

O coordenador refere que uma das vantagens que a Internet oferece é o acesso ao conhecimento e consequente empoderamento da classe feminina. Realça que as mulheres que têm um nível de escolaridade baixo são as que estão

Entre as múltiplas utilidades, Sandra destaca a facilidade com que ultimamente se comunica com seus amigos e, acima de tudo, o facto de ter melhorado o seu aproveitamento na faculdade.



Sandra Moisés, residente no bairro do Zimpeto

Se antes tinha que depender de um computador, seja de mesa ou portátil, agora faz pesquisas, lê jornais e acede a documento sem grandes dificuldades.

De acordo com um estudo ontem lançado na cidade de Maputo, apesar das múltiplas vantagens, em cada 100 mulheres de áreas peri-urbanas da capital do país,

apenas 30 estão ligadas à Internet, reduzindo as possibilidades de seu empoderamento.

Em comparação, a pesquisa, realizada pela Rede de Direitos das Mulheres Online da Fundação Web, em parceria com o Instituto

a importação de dispositivos que facilitem o acesso à Internet. Com a proposta, aponta, aumentaria o número de usuários e até 2028 o país teria vencido a exclusão tecnológica.

“Os smartphones, tablets e computadores são bons, facilitam os trabalhos de investigação na escola, mas estão cada vez mais inacessíveis, dado o elevado preço de aquisição”, disse Rosa Mulambo, estudante de 18 anos de idade, que adquiriu o seu primeiro celular, com acesso à Internet, no ano passado.

DEVE-SE CRIAR ESTÍMULO

O estudo destaca que a Internet ainda não é uma prioridade para grande parte das mulheres que vivem em zonas peri-urbanas da cidade de Maputo. Assim, a especialista em sistemas de informação, Nelma Valgy, defende a criação de estímulo do uso deste tipo de serviços.

Nelma Valgy destaca que é preciso conhecer as mulheres que vivem nas zonas peri-urbanas para saber de que forma elas podem usar a Internet e promover o uso da Internet, por exemplo, na realização de matrículas para os filhos, compra de energia, água, sem ter que se deslocar a esses pontos.

Na visão de Nelma Valgy, os resultados apresentados pelo estudo devem servir para a tomada de medidas para a reversão do actual cenário caracterizado pelo fraco uso destes dispositivos.

“O documento não pode ser colocado na gaveta, as organi-

zações que trabalham na área de género, tecnologia e outras devem conhecer esta pesquisa para tomarem medidas mais assertivas”, ressaltou.

DINHEIRO: A GRANDE BARREIRA

A baixa condição financeira é um factor que inibe as mulheres de comprarem telemóveis com capacidade de aceder à Internet. Segundo o coordenador adjunto da Coligação Moçambique- Alliance for Affordable Internet (A4AI), Sérgio Cossa, só aumentando a sua renda será possível ampliar o número de usuárias do serviço.

“Temos também que diminuir o custo da Internet, pois, actu-

almente, um gigabyte de dados custa mais de 10 por cento do salário médio, facto que limita o acesso das mulheres. Pelo que sei, o Governo está a considerar reformas nos impostos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), medidas que ajudariam a reduzir os custos para os utilizadores”, exemplificou.

Neste sentido, o estudo sugere a introdução de subsídios mensais para dados gratuitos, dando prioridade às mulheres e raparigas.

O coordenador refere que uma das vantagens que a Internet oferece é o acesso ao conhecimento e conseqüente empoderamento da classe feminina. Realça que as mulheres que têm um nível de escolaridade baixo são as que estão



Sérgio Cossa, coordenador adjunto da A4AI



Internet ainda não é uma prioridade para grande parte das mulheres

mais longe da Internet.

“Acredito que melhorando a formação estaremos a criar condições para que mais meninas saibam da relevância de estar ligadas a este meio de comunicação. É preciso integrar competências digitais nos currículos nacionais de educação, incorporar temáticas ligadas as TIC, dos níveis primários aos mais avançados”, disse.

Outra das recomendações que constam do estudo é a criação de programas de empoderamento digital de mulheres. Assim, “mulheres e raparigas estariam melhor habilitadas para utilizar as TIC, de forma a apoiar o seu acesso à informação e a serviços vitais ligados à educação, meios de subsistência, direitos e bem-estar”, sugere o estudo.

Outra constatação do documento prende-se com a falta de dados sobre a percentagem de mulheres com acesso a serviços financeiros digitais em Moçambique. Neste sentido, são necessários investimentos para a compilação destes dados que são determinantes.